

QUESTÕES INÉDITAS - IBADE

Questão n. 1

1. Sobre os servidores militares estaduais, a Constituição do Estado do Rio de Janeiro dispõe que:

- (A) Ao servidor militar são proibidas a sindicalização, a associação e a greve.
- (B) O militar da ativa poderá se afiliar a partido político desde que previamente autorizado por ato de Governador de Estado.
- (C) Aos militares é permitida a associação de natureza não sindical, sem fins lucrativos, garantido o desconto em folha de pagamento das contribuições tacitamente autorizadas pelo associado.
- (D) As patentes dos oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar são conferidas, em regra, pelo Secretário de Segurança Pública.
- (E) O militar em atividade que aceitar cargo público civil permanente será transferido para a reserva.

Questão n. 2

2. Conforme a Constituição do Estado do Rio de Janeiro, os servidores militares são assegurados os seguintes direitos, exceto:

- (A) garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que recebem remuneração variável.
- (B) licença paternidade, mesmo em caso de perda gestacional da esposa ou companheira.
- (C) licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e noventa dias.
- (D) licença especial para os adotantes, nos termos fixados em lei.
- (E) porte de arma, para a sua defesa pessoal, fora do horário de serviço.

Questão n. 3

3. Segundo a Constituição do Estado do Rio de Janeiro, o militar da ativa, que aceitar cargo, emprego ou função pública temporária, não eletiva, ainda que da administração indireta, ficará agregado ao respectivo quadro e, enquanto permanecer nessa situação, só poderá ser promovido:

- (A) por antiguidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção a transferência para a reserva, sendo, depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, transferido para a inatividade.
- (B) por merecimento, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção o efetivo exercício do cargo público, sendo, depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, transferido para a inatividade.
- (C) por antiguidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção a transferência para a reserva, sendo, depois de três anos de afastamento, contínuos ou não, transferido para a inatividade.
- (D) por merecimento, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção a transferência para a reserva, sendo, depois de três anos de afastamento, contínuos ou não, transferido para a inatividade.
- (E) por antiguidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção o efetivo exercício do cargo público, sendo, depois de três anos de exercício, contínuos ou não, transferido para a inatividade.

Questão n. 4

4. A Constituição do Estado do Rio de Janeiro dispõe quanto aos militares, exceto:

- (A) As patentes dos oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar são conferidas pelo Governador do Estado.
- (B) As patentes, com prerrogativas, direitos e deveres a elas inerentes, são asseguradas apenas aos oficiais da ativa da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar.
- (C) O Estado fornecerá aos servidores militares os equipamentos de proteção individual adequados aos diversos riscos a que são submetidos em suas atividades operacionais.
- (D) O oficial e a praça só perderão o posto, a patente e a graduação se forem julgados indignos do oficialato, da graduação ou com eles incompatíveis, por decisão de tribunal competente.
- (E) O oficial condenado na justiça comum ou militar à pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado, poderá perder o posto, a patente ou a graduação.

Questão n. 5

5. No que diz respeito à remuneração e à pensão dos policiais militares, conforme previsto no Decreto-Lei n. 667 de 2 de julho de 1969, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) a remuneração na inatividade é irredutível, devendo ser revista automaticamente na mesma data de revisão da remuneração dos militares que estão na ativa, visando à preservação do valor equivalente à remuneração do militar da ativa do correspondente posto ou graduação.
- b) a remuneração na inatividade é calculada com base na remuneração do posto ou da graduação que o militar possuir por ocasião da transferência para a inatividade remunerada, sendo sempre integral, desde que cumprido o tempo mínimo de 35 (trinta e cinco) anos de serviço, dos quais no mínimo 30 (trinta) anos em exercício de atividade de natureza militar.
- c) a remuneração do militar reformado por invalidez decorrente do exercício da função ou em razão dela é sempre integral, devendo ser calculada com base na remuneração do posto ou da graduação que possuir por ocasião da transferência para a inatividade remunerada.
- d) o benefício da pensão militar é igual ao valor da remuneração do militar da ativa ou em inatividade.
- e) IV - a transferência para a reserva remunerada, de ofício, por atingimento da idade-limite do posto ou graduação, se prevista, deve ser disciplinada por lei específica do ente federativo, observada como parâmetro mínimo a idade-limite estabelecida para os militares das Forças Armadas do correspondente posto ou graduação.

Questão n. 6

6. Conforme previsto pelo Decreto-lei 667/69, o cargo de inspetor-geral das polícias militares será exercido por um:

- a) marechal da ativa.
- b) general de divisão da ativa.
- c) general de brigada.
- d) general do Exército.
- e) ex-governador de Estado.

Questão n. 7

7. São princípios do Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Rio de Janeiro, exceto:

- a) o caráter contributivo e solidário;
- b) a promoção da sustentabilidade do SPSMERJ;
- c) a irredutibilidade da remuneração de inatividade e das pensões militares;
- d) a voluntariedade de contribuição para o SPSMERJ pelos militares do Estado, ativos e inativos, e pensionistas militares;
- e) a paridade e a integralidade.

Questão n. 8

8. Conforme a Lei que regula o SPSMERJ, são consideradas verbas de caráter indenizatório, para fins de contribuição,

- a) ajuda de custo;
- b) diárias;
- c) indenização de transporte e auxílio transporte;
- d) abono de permanência militar;
- e) terço constitucional de férias.

Questão n. 9

9. Conforme a Lei Estadual 279/1979, assinale a alternativa correta.

- a) A remuneração do PM ou BM na ativa é composta pelos vencimentos e pelas indenizações.
- b) O salário-família é sujeito a tributação.
- c) Vencimento é quantitativo mensal em dinheiro devido ao PM ou BM na ativa, excluindo-se o soldo e as gratificações.
- d) As indenizações compreendem diárias, ajuda de custo, 13º salário e transporte.
- e) Indenização é o quantitativo em dinheiro, isento de qualquer tributação, devida ao PM ou BM como remuneração pelo exercício de suas funções.

Questão n. 10

10. Sobre a Lei Estadual 279/1979, assinale a alternativa correta.

- a) A remuneração do PM ou BM na inatividade compreende proventos e auxílio-invalidez.
- b) O PM ou BM ao ser transferido para a inatividade faz jus ao valor de três soldos do último posto ou graduação que ocupou.
- c) Proventos são o quantitativo em dinheiro que o PM ou BM percebe na inatividade apenas na reserva remunerada.
- d) Suspende-se, sempre definitivamente, o direito do PM ou BM à percepção dos proventos na data de sua apresentação para a inatividade.
- e) O soldo constitui a parcela básica dos proventos a que faz jus o PM ou BM em atividade.

Questão n. 11

11. Sobre a Lei Estadual 279/1979, suspende-se o pagamento das gratificações ao PM ou BM, exceto:
- a) no cumprimento de pena restritiva de liberdade individual, decorrente de sentença, transitada em julgado;
  - b) em licença, por período superior a 3 (três) meses, para tratamento de saúde de pessoa da família;
  - c) que tiver excedido os prazos legais ou regulamentares de afastamento do serviço;
  - d) afastado do cargo ou comissão, por incapacidade profissional ou moral, nos termos da legislação e regulamentos vigentes;
  - e) no período de ausência não justificada.

Questão n. 12

12. Sobre a Lei Estadual 3.527/2001, é correto afirmar que:
- a) A concessão do benefício de que trata esta Lei será efetivada por ato do comandante.
  - b) O Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro é a entidade responsável por apurar as enfermidades alcançadas.
  - c) A amputação de membros que não cause perda total da capacidade de locomoção não é abrangida pela referida Lei.
  - d) O auxílio-invalidez poderá ser concedido para policial, independentemente se civil ou militar, para o bombeiro militar.
  - e) Não é necessário que haja nexo de causalidade entre a enfermidade e a função militar para que o auxílio-invalidez seja concedido.